

The logo for FIPECAFI, featuring the name in a bold, blue, sans-serif font with a light blue swoosh underline.

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS AUDITADAS



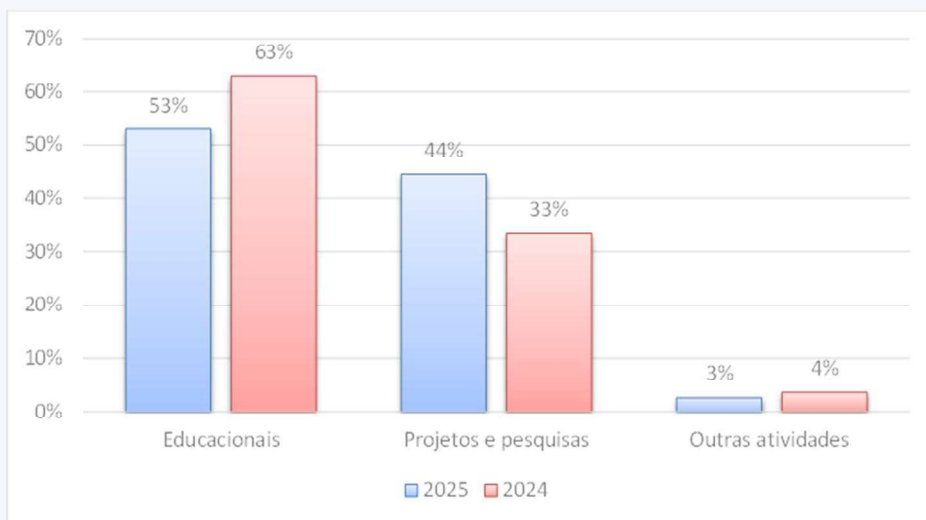
# 2025

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2025

O ano de 2025 teve como marca principal a consolidação da retomada do crescimento da FIPECAFI e do consequente resultado superavitário alcançado nos anos de 2024 e 2025, evidenciando que as ações implementadas pela Administração se mostraram acertadas, novamente.

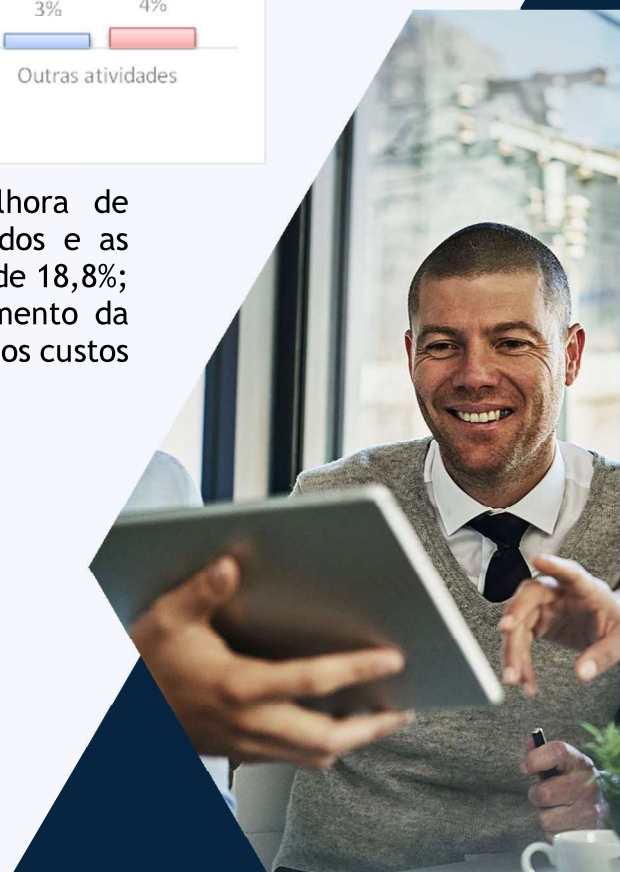
As receitas da Fundação seguiram a trajetória de crescimento dos últimos anos, tendo crescido, em valores nominais, 24,8% de 2024 para 2025 (11,5% de 2023 para 2024), fortemente influenciada pela vertente de projetos e pesquisas contratados, cujo crescimento alcançou 66%. Não menos importante, a vertente educacional teve uma elevação de 4,9% em valores nominais.

Com isso, a participação da área de projetos e pesquisas contratados na receita total subiu de 33% em 2024 para 44% em 2025, conforme espelha o gráfico a seguir:



Em complemento, novamente a Fundação obteve melhora de eficiência, haja vista que os custos dos serviços prestados e as despesas administrativas, juntos, tiveram um crescimento de 18,8%; portanto, seis pontos percentuais a menos que o crescimento da receita, evidenciando que as ações focadas na otimização dos custos e despesas têm produzido resultados satisfatórios.

Deve-se destacar que a rubrica das despesas gerais e administrativas, em que estão registrados os recursos consumidos para dar suporte às operações e à estrutura, e não possui necessariamente correlação direta com as receitas, decresceu em 5,7%, em valores nominais, de 2024 para 2025, mesmo com uma inflação de 4.26% no ano de 2025. O mesmo ocorreu em 2024, quando decresceu em 5,2% em relação a 2023, confirmando a trajetória de melhora de eficiência.



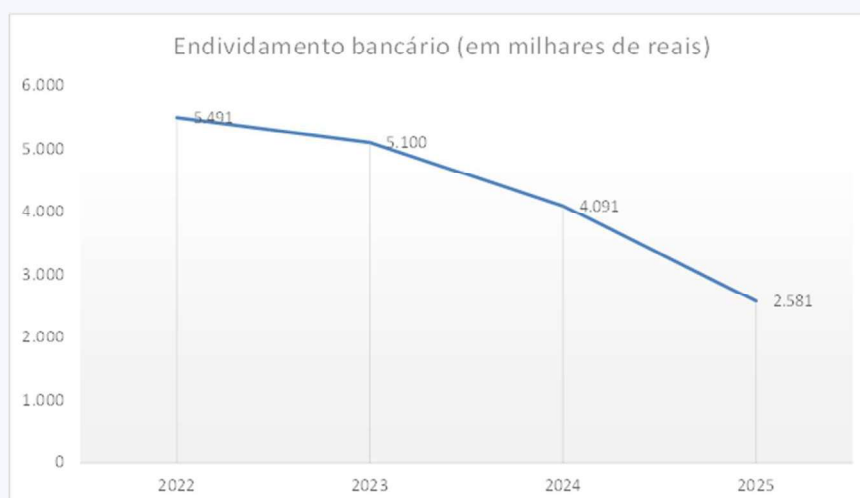
As receitas de alugueis derivadas das propriedades para investimentos, bem como da locação dos espaços destinados às salas de aula do Edifício Sede, quando ociosos, continuam tendo uma importância significativa para a Fundação, respondendo por aproximadamente 6,6% de toda a receita produzida em 2025 (8,2% em 2024).

Como consequência, o resultado superavitário antes do resultado financeiro subiu de R\$ 2.847.072 em 2024 para R\$ 3.899.921 em 2025, evidenciando um crescimento de aproximadamente 37% de um ano para outro, em valores nominais.

Em última análise, nota-se que em 2025 a FIPECAFI gerou um superávit de R\$ 3.075.159, que é R\$ 972.937 superior àquele produzido em 2024, denotando, portanto, uma melhora de 46% de um ano para outro. Ademais, enquanto em 2024 este resultado representava 7% de toda a receita líquida produzida, em 2025 este indicador alcançou 8,2% confirmando a melhora da eficiência na gestão das operações.

No tocante ao desempenho financeiro, assim como no ano de 2024, mais uma vez houve geração de caixa, em especial decorrente das atividades operacionais. No ano de 2025, o fluxo de caixa das atividades operacionais atingiu a marca de R\$ 2.982.291 de geração de caixa, o que confirma que as atividades-fim da Fundação vem se desenvolvendo de forma satisfatória e alinhada com o resultado econômico demonstrado na Demonstração de Resultados. Não obstante, ainda é bastante significativo o consumo de caixa das atividades de financiamento, necessário ao pagamento de financiamentos e juros contraídos no final do ano de 2022: foram R\$ 2.201.411 de pagamentos em 2025 (R\$ 1.809.218 em 2024).

No que diz respeito ao endividamento bancário, a FIPECAFI segue firme no propósito de não realizar novas captações e liquidar as operações existentes. Ao longo do ano de 2025, o empréstimo antes realizado junto ao Banco Santander foi liquidado, conforme previsto, e todas as parcelas vencidas da operação junto ao Banco Bradesco foram amortizadas. Neste cenário, a Fundação sai de um montante de dívida no final do ano de 2022 de R\$ 5,5 milhões para R\$ 2,6 milhões em 31/12/2025, como mostra o gráfico a seguir:



Este comportamento sinaliza que a tendência é que em 2026 e 2027 o montante de caixa a ser destinado às atividades de financiamento vá reduzindo até zerar no final de 2027.

Em relação ao desempenho patrimonial, não ocorreram novos investimentos em imobilizado ou propriedades para investimento em 2025, mantendo a Fundação as mesmas estratégias com relação aos seus ativos.

No ano de 2025 a FIPECAFI teve pouco mais de 1.000 novos alunos matriculados em cursos de longa duração, tanto na modalidade EAD quanto na presencial, terminando o ano de 2025 com aproximadamente 1.600 alunos ativos e matriculados. Em 2026 entra em vigor a modalidade semipresencial para os cursos de pós-graduação e MBA. O grande desafio da Gestão é atingir a marca de 4.000 alunos até o final do ano de 2028.

O quadro de colaboradores permaneceu praticamente estável no período, terminando o ano de 2025 com 112 trabalhadores diretos, ante os 118 de 31/12/2024. Destes, praticamente 70% atuam na área Educacional, sendo 29 docentes. Cabe destacar que o time de colaboradores da FIPECAFI tem sido um diferencial de extrema relevância para se atingir o patamar descrito.

Outros acontecimentos relevantes do ano de 2025 foram: (i) fortalecimento na gestão da área educacional, contando com uma das mais competentes profissionais do segmento educacional, ao posto de Diretora da Faculdade FIPECAFI, acumulando com o cargo de Diretora de Cursos da Fundação; (ii) contratação, pelo Banco do Brasil, de 3 turmas (aproximadamente 100 alunos), do curso de pós-graduação em Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), destinado a funcionários públicos municipais e estaduais, de forma totalmente subsidiada; (iii) segregação da gestão das áreas de Marketing e Relacionamento, visando dar mais foco a cada uma dessas áreas, em especial com a chegada de dois profissionais coordenadores (um para cada área), com vasta experiência de mercado; (iv) ajuste no quadro de coordenadores de cursos dos programas de graduação e pós-graduação, com coordenadores mais focados em cada área, bem como transformação da modalidade presencial para semipresencial no caso da pós-graduação.

Cabe reforçar a insistência da Administração da FIPECAFI na busca pela qualidade em todos os produtos, processos e ações, visando manter todos os *stakeholders* satisfeitos. Ainda que tenhamos consciência do quão difícil seja essa missão, ela continua sendo um desafio constante de todos.

A Diretoria entende que as ações que vem sendo tomadas desde maio/2023, quando a atual Diretoria Executiva assumiu, estão produzindo os resultados planejados, permitindo migrar de um posicionamento estratégico de manutenção para o de crescimento e desenvolvimento.

Obrigado!



**Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais  
e Financeiras - FIPECAFI**

**Demonstrações contábeis**  
31 de dezembro de 2025  
Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025.

**Índice**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis ..... 3

**Demonstrações contábeis auditadas**

Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado .....	7
Demonstrações do resultado abrangente .....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Demonstrações do valor adicionado .....	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	12

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Ao

Conselho Curador, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da  
**Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI** (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas específicas aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Outros assuntos**

### **Demonstração do valor adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Fundação e apresentada como informação suplementar de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Fundação. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação à demonstração contábil.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis--Continuação**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante os nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2026.

### **Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.**

CRC 2SP-031.269/O-1



**Alexandre De Labetta Filho**  
Contador CRC 1SP-182.396/O-2



**Vanderlei Marcello Fernandes Junior**  
Contador CRC 1SP-297.750/O-4

## Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

### Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

Ativo	Notas	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	1.174.319	824.655	Fornecedores a pagar	4.4	409.720	438.825
Contas a receber	4.2	2.802.212	2.061.918	Obrigações trabalhistas a pagar	4.5	2.014.921	1.927.494
Adiantamentos e tributos a recuperar		497.728	428.591	Tributos a recolher	4.6	513.855	491.923
Ativos mantidos para venda	3.4	6.010.000	6.010.000	Empréstimos a pagar	4.3	1.239.135	1.510.383
Outros ativos		125.533	342.014	Contas a pagar	5.2	86.730	891.051
		<b>10.609.792</b>	<b>9.667.178</b>	Serviços prestados a pagar	4.7	2.601.405	1.552.802
				Adiantamentos de clientes	4.8	876.728	1.093.190
						<b>7.742.494</b>	<b>7.905.668</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	5.1	60.552.853	56.822.241	Contas a pagar	5.2	-	56.954
Investimentos e Propriedades para investimentos	3.1	21.830.856	21.830.856	Empréstimos a pagar	4.3	1.341.913	2.580.602
Imobilizado	3.2	16.005.592	16.116.700	Serviços prestados a pagar	4.7	821.537	1.108.374
Intangível	3.3	195.231	365.864	Tributos a recolher	4.6	477.247	698.564
		<b>98.584.532</b>	<b>95.135.661</b>	Provisões para demandas judiciais	5.3	39.349.452	36.066.155
						<b>41.990.149</b>	<b>40.510.649</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>	6.3		
				Patrimônio social		45.000.000	45.000.000
				Ajuste de avaliação patrimonial		8.340.159	8.600.604
				Superávit acumulado		6.121.522	2.785.918
						<b>59.461.681</b>	<b>56.386.522</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>109.194.324</b>	<b>104.802.839</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>109.194.324</b>	<b>104.802.839</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

## Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita líquida de serviços	2.1	37.417.140	29.985.697
(-) Custos dos serviços prestados	2.2	(28.598.926)	(22.270.398)
<b>(=) Resultado bruto com serviços</b>		<b>8.818.214</b>	<b>7.715.299</b>
<b>(+) Outras receitas e despesas recorrentes</b>			
Despesas gerais e administrativas	2.3	(8.233.046)	(8.733.968)
Receitas de aluguéis	2.4	2.682.915	2.791.222
Outras receitas operacionais	2.5	631.838	1.074.519
		<b>(4.918.293)</b>	<b>(4.868.227)</b>
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>3.899.921</b>	<b>2.847.072</b>
Receitas financeiras	2.6	79.000	166.954
Despesas financeiras	2.6	(903.762)	(911.804)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(824.762)</b>	<b>(744.850)</b>
<b>Superávit do exercício</b>		<b>3.075.159</b>	<b>2.102.222</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI

## Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit do exercício		3.075.159	2.102.222
Realização do custo atribuído	6.3	(260.445)	(260.445)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<u><u>2.814.714</u></u>	<u><u>1.841.777</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em Reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.000.000	8.861.049	423.251	54.284.300
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(260.445)	260.445	-
Superávit do exercício	-	-	2.102.222	2.102.222
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>45.000.000</b>	<b>8.600.604</b>	<b>2.785.918</b>	<b>56.386.522</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(260.445)	260.445	-
Superávit do exercício	-	-	3.075.159	3.075.159
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>45.000.000</b>	<b>8.340.159</b>	<b>6.121.522</b>	<b>59.461.681</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Superávit do exercício</b>		<b>3.075.159</b>	<b>2.102.222</b>
<b>Itens que não afetam o caixa operacional</b>			
Depreciação e amortização	3.2 e 3.3	712.957	653.770
Juros provisionados de empréstimos		691.474	800.331
Juros provisionados dos parcelamentos dos tributos		369.449	335.426
Reversão de demandas judiciais (tributários/fiscais/trabalhistas)		(7.251)	(992.256)
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa – (reversão)/constituição	4.2	96.397	(1.745.481)
Perdas efetivas		45.702	1.974.136
<b>Superávit do exercício ajustado</b>		<b>4.983.887</b>	<b>3.128.148</b>
<b>Aumento/(Diminuição) das contas de ativo e passivo</b>			
Contas a receber		(882.393)	889.263
Adiantamentos e tributos a recuperar		(69.137)	(94.243)
Depósitos judiciais		(440.064)	(803.446)
Fornecedores a pagar		(29.105)	(179.694)
Obrigações trabalhistas a pagar		87.427	(286.555)
Tributos a recolher		(568.834)	568.511
Serviços prestados a pagar		761.766	(438.795)
Adiantamentos de clientes		(216.462)	574.219
Contas a pagar		(861.275)	(279.606)
Outros ativos		216.481	(168.913)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>2.982.291</b>	<b>2.908.889</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Adições do ativo imobilizado	3.2	(269.177)	(13.590)
Adições do ativo intangível	3.3	(162.039)	(294.298)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>		<b>(431.216)</b>	<b>(307.888)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Pagamentos dos financiamentos	4.3	(1.509.965)	(1.038.527)
Juros pagos	4.3	(691.446)	(770.691)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos</b>		<b>(2.201.411)</b>	<b>(1.809.218)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>349.664</b>	<b>791.783</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		824.655	32.872
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.174.319	824.655
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>349.664</b>	<b>791.783</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

## Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

	2025	2024
<b>Receitas</b>		
Receitas de serviços	37.417.140	29.985.697
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	(142.099)	(228.655)
Receitas diversas	624.587	82.263
	<b>37.899.628</b>	<b>29.839.305</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Despesas dos serviços prestados	(15.719.691)	(10.404.704)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.463.152)	(5.070.017)
	<b>(20.182.843)</b>	<b>(15.474.721)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>17.716.785</b>	<b>14.364.584</b>
Depreciação e amortização	(712.957)	(653.770)
<b>Valor adicionado líquido gerado / aplicado pela Fundação</b>	<b>17.003.828</b>	<b>13.710.814</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	79.000	166.954
Receitas de aluguéis	2.682.915	2.791.222
	<b>2.761.915</b>	<b>2.958.176</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>19.765.743</b>	<b>16.668.990</b>
<b>Empregados</b>		
Remuneração direta	9.733.139	8.193.538
Benefícios	2.593.475	2.274.376
FGTS	878.918	710.072
	<b>13.205.532</b>	<b>11.177.986</b>
<b>Tributos</b>		
INSS cota patronal	2.429.965	2.374.528
PIS sobre folha	91.424	81.305
Outras taxas e contribuições	59.901	21.145
	<b>2.581.290</b>	<b>2.476.978</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros	903.762	911.804
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Superávit do exercício	3.075.159	2.102.222
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>19.765.743</b>	<b>16.668.990</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **1. Apresentação**

### **1.1. Contexto operacional**

A **Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras** (“**FIPECAFI**” ou “**Fundação**”) é uma instituição sem fins lucrativos, constituída em 1º de agosto de 1974 por professores da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e tem como uma de suas missões fornecer apoio institucional ao Departamento de Contabilidade e Atuária (EAC) da FEA/USP, desempenhando suas atividades com os seguintes objetivos:

- a)** Colaborar, através dos meios adequados, com instituições públicas e privadas, em programas de Ciências Contábeis, Atuariais e Financeiras visando o desenvolvimento econômico-social;
- b)** Manter a Instituição de Ensino Superior “Faculdade Fipecafi”, oferecendo cursos e demais programas de educação superior;
- c)** Promover cursos, simpósios, seminários, conferências e estudos nas áreas de Contabilidade, Finanças, Atuária, Controladoria, Governança Corporativa, Controle e Gestão de Negócios, Controle e Gestão de Riscos, Auditoria, Tributos, Tecnologia da Informação, Controle e Gestão de Cadeia de Suprimentos, Logística Empresarial, Previdência, Parcerias Público-Privadas, dentre outras, e que contribuam para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como para a melhoria dos técnicos que trabalham nos diversos setores da comunidade;
- d)** Pesquisar e desenvolver projetos e aplicações, com foco em inovação, na interseção entre tecnologia e as áreas mencionadas;
- e)** Colaborar na organização e implementação dos cursos de pós-graduação em Contabilidade, Finanças e Atuária para entidades de ensino que requisitarem os seus serviços;
- f)** Promover a divulgação de conhecimentos das áreas mencionadas por meio de publicações técnicas, tais como livros, revistas, periódicos, monografias e outras formas que se fizerem adequadas;
- g)** Implementar sistemas de bolsas no sentido de apoiar a formação de estudantes e professores de alto valor, colaborando assim na preparação de recursos humanos de alto nível para as áreas de Contabilidade, Finanças, Atuária e correlatas; e
- h)** Realizar pesquisas e prestar serviços de forma a atender às necessidades dos setores público e privado, tudo dentro de cânones acadêmicos que permitam, simultaneamente, o atendimento do objetivo citado e o treinamento de pessoal especializado.

## **1. Apresentação--Continuação**

### **1.1. Contexto operacional--Continuação**

Os resultados das atividades desenvolvidas pela FIPECAFI são estendidos à comunidade por meio da publicação de livros e artigos, oferecimento de cursos de graduação, pós-graduação (*lato sensu*) e mestrado profissional (*stricto sensu*), todos com reconhecimento pelo Ministério da Educação (MEC), além de cursos de extensão de curta e de média duração, apresentação de palestras, seminários, simpósios e conferências.

Adicionalmente, a FIPECAFI desenvolve projetos de pesquisa contratados por entidades públicas, empresas privadas e organizações do terceiro setor, visando a emissão de pareceres técnicos, estudos e outras abordagens relacionadas à aplicação prática dos conhecimentos de ponta produzidos e desenvolvidos com a realização de pesquisas científicas.

### **1.2. Equilíbrio econômico-financeiro e patrimonial**

A Administração, visando manter o equilíbrio econômico, financeiro e patrimonial, permanece implementando um conjunto de medidas, dentre as quais destacamos:

- a) Melhorar o processo para captação de novos alunos visando a elevação da receita educacional, bem como a criação e/ou atualização de novos cursos, modalidades e projetos a serem ofertados ao mercado;
- b) Aprimorar os mecanismos de controle e evasão visando aumentar os indicadores de retenção dos alunos nos cursos mitigando as perdas em receitas;
- c) Intensificar o processo de cobrança e acompanhamento das contas a receber, reduzindo o nível de inadimplência;
- d) Reduzir e manter equilibradas as despesas e os custos com pessoal, gerais e administrativos;
- e) Analisar o resultado de cada curso ou programa, avaliando semestralmente quais devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados;
- f) Melhorar os processos administrativo-financeiros e educacionais, de forma a agilizar as rotinas internas mitigando perdas e erros;
- g) Renegociar ou suspender contratos que não produzam impactos significativos em suas operações; e
- h) Manter práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário.

O conjunto dessas ações faz parte do planejamento que busca sustentar o equilíbrio econômico-financeiro e patrimonial da Fundação, visando reduzir o volume de seu endividamento. Diversas das ações descritas anteriormente já foram implantadas e continuarão sendo executadas ao longo dos anos seguintes, visando sustentar esse equilíbrio e, com isso, possibilitar a continuidade de suas atividades, a qualificação contínua do seu quadro de colaboradores e a adequação das instalações físicas.

## **1. Apresentação--Continuação**

### **1.3. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**

#### **Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins de lucro, com base nas disposições contidas nas *Interpretações Técnicas Gerais - ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros*, aprovada pela *Resolução CFC nº 2015/ITG2002(R1)*, de 2 de setembro de 2015, **quando aplicável**, e em observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão por sua Diretoria Executiva em 22 de abril de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

#### **Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de contingências na data das demonstrações contábeis.

As estimativas e julgamentos significativos envolvem, principalmente:

- (i) a mensuração do valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis;
- (ii) a determinação do valor justo das propriedades para investimento;
- (iii) a avaliação da recuperabilidade das contas a receber e a mensuração das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa; e
- (iv) a mensuração e a classificação das contingências judiciais e provisões para demandas fiscais, trabalhistas e cíveis.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, e tais diferenças são reconhecidas no período em que se tornam conhecidas.

## **1. Apresentação--Continuação**

### **1.3. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis— Continuação**

As notas explicativas para as contas com mensurações determinadas por estimativas, que se utilizam de premissas e julgamentos sobre políticas contábeis adotadas, são as seguintes:

- a) **Nota Explicativa nº 3.1** – Investimentos e propriedades para investimentos;
- b) **Nota Explicativa nº 3.2** – Imobilizado;
- c) **Nota Explicativa nº 3.3** – Intangível;
- d) **Nota Explicativa nº 4.2** – Contas a receber; e
- e) **Nota Explicativa nº 5.3** – Provisões para demandas judiciais.

#### **Base de elaboração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com a adoção dos critérios de mensuração definidos nos diversos pronunciamentos aplicáveis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da FIPECAFI, com os valores arredondados para a unidade mais próxima.

#### **Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da FIPECAFI exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

#### **Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

## **2. Desempenho**

### **2.1. Receita líquida de serviços**

As receitas são reconhecidas de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, com base na transferência de controle dos serviços ao cliente, ao longo do tempo, conforme o progresso da execução das obrigações de desempenho, de acordo com os seguintes critérios:

- i. As receitas educacionais são mensuradas em função da quantidade de aulas efetivamente ministradas em cada período letivo ou realização do curso;
- ii. As receitas relacionadas com os projetos de pesquisas contratados são mensuradas proporcionalmente ao percentual equivalente à tarefa concluída, em conformidade com o contrato e respectiva aprovação do cliente; e

## 2. Desempenho--Continuação

### 2.1. Receita líquida de serviços--Continuação

iii. As receitas relacionadas com outras atividades, tais como congressos e seminários, são mensuradas conforme a realização dos eventos e, direitos autorais conforme comercialização dos livros por parte da editora.

As composições dessas receitas, nos anos de 2025 e 2024, são apresentadas a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Educacionais	19.822.763	18.894.813
Projetos e pesquisas	16.632.706	10.017.929
Outras atividades	961.671	1.072.955
	<u><u>37.417.140</u></u>	<u><u>29.985.697</u></u>

As receitas educacionais permanecem como a principal fonte de geração de receita, embora tenham apresentado redução de participação, passando de 63% em 2024 para 53% em 2025.

Em contrapartida, as receitas provenientes de projetos e pesquisas apresentaram crescimento relevante no período, elevando sua participação de 33% em 2024 para 44% em 2025, indicando maior concentração das atividades nessa linha de negócio.

As demais atividades mantiveram participação pouco representativa no total das receitas, com leve redução de 4% em 2024 para 3% em 2025, não impactando de forma significativa a estrutura da receita consolidada.

#### Política de bolsas sociais

Em atendimento à Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1), a FIPECAFI mantém política de concessão de bolsas sociais com percentuais que podem atingir 100% e subsídios integrais a seus colaboradores para realização de cursos na FIPECAFI.

O montante da gratuidade concedida a alunos bolsistas e colaboradores no ano de 2025 foi de R\$ 150.780 (R\$ 298.499 em 2024), que equivale a 12 bolsas (25 em 2024).

### 2.2. Custos dos serviços prestados

São reconhecidos nos períodos em que ocorrem as prestações dos serviços para a instituição e são segregados pelas atividades:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Educacionais	(15.053.234)	(14.190.020)
Projetos e pesquisas	(12.799.323)	(7.542.205)
Outras atividades	(746.369)	(538.173)
	<u><u>(28.598.926)</u></u>	<u><u>(22.270.398)</u></u>

Os custos relacionados às atividades educacionais permanecem como os mais representativos, ainda que tenham apresentado redução de participação, passando de 64% em 2024 para 53% em 2025.

## 2. Desempenho--Continuação

### 2.2. Custos dos serviços prestados--Continuação

Por sua vez, os custos associados aos projetos e pesquisas apresentaram aumento relevante no período, elevando sua participação de 34% em 2024 para 45% em 2025.

Os custos vinculados às demais atividades mantiveram baixa representatividade no total, com leve aumento de 2% em 2024 para 3% em 2025, não impactando de forma significativa a estrutura de custos da Fundação.

Esse comportamento é consistente com a composição das receitas apresentada na Nota Explicativa nº 2.1, evidenciando alinhamento entre a evolução das receitas e dos respectivos custos por linha de atividade.

As variações observadas refletem, substancialmente, a dinâmica operacional de cada linha de serviço em cada exercício.

### 2.3. Despesas gerais e administrativas

Referem-se aos gastos com pessoal, materiais de escritório, custos corporativos e serviços terceirizados, dentre outros, que visam dar apoio aos processos de prestação de serviços e à estrutura:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Pessoal	(4.565.877)	(4.384.441)
Serviços terceirizados	(1.855.436)	(2.018.961)
Estruturais e corporativas	(1.098.776)	(1.296.122)
Depreciação e amortização	(712.957)	(653.770)
Honorários de êxito jurídico	-	(380.674)
	<u>(8.233.046)</u>	<u>(8.733.968)</u>

Os gastos com pessoal permanecem como os mais representativos, elevando sua participação de 50% em 2024 para 55% em 2025, refletindo a natureza operacional da Fundação, intensiva em mão de obra.

As despesas com serviços terceirizados mantiveram participação estável no período, representando 23% em ambos os exercícios.

Por sua vez, os gastos com estruturas corporativas apresentaram redução de participação, passando de 15% em 2024 para 13% em 2025, enquanto as despesas com depreciação e amortização registraram leve aumento, de 7% para 9% no mesmo período.

Adicionalmente, observa-se a ausência de despesas com honorários de êxito jurídico em 2025, em comparação com 4% registrados em 2024.

As variações observadas refletem, substancialmente, a dinâmica e a alocação de recursos administrativos ao longo dos exercícios.

Em conjunto com as Notas Explicativas nº 2.1 e 2.2, verifica-se consistência na estrutura operacional da Fundação, com predominância de gastos com pessoal, característica típica de entidades prestadoras de serviços educacionais.

## 2. Desempenho--Continuação

### 2.4. Receitas de aluguéis

São reconhecidas no resultado pelo método linear no prazo do arrendamento ou locação, independente do prazo de recebimento dos valores formalizados em cada contrato, e são provenientes de:

- a) Contratos de arrendamentos das propriedades para investimentos; e
- b) Locação das salas de aulas disponíveis quando há ociosidade.

A composição dessas receitas, nos anos de 2025 e 2024, é apresentada a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imóveis próprios	1.452.300	1.320.878
Salas de aulas	1.230.615	1.470.344
	<u><b>2.682.915</b></u>	<u><b>2.791.222</b></u>

Os valores nominais contratados de aluguéis para os próximos 4 (quatro) anos, levando em conta os contratos já assinados por prazo determinado ou indeterminado, são:

	<u>Aluguel</u>
2026	1.607.674
2027	1.708.444
2028	1.782.863
2029	1.678.513
	<u><b>6.777.494</b></u>

### 2.5. Outras receitas operacionais

A composição da rubrica é:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Outras receitas (i)	624.587	82.263
Reversão de provisão tributária (ii)	7.251	192.256
Reversão de provisão trabalhista (iii)	-	800.000
	<u><b>631.838</b></u>	<u><b>1.074.519</b></u>

- i. Receita oriunda da renegociação com alunos ao longo do ano, bem como, recuperação de créditos de anos anteriores.
- ii. Após o desfecho do processo do INSS (Nota Explicativa n° 5.3.1), a FIPECAFI reverteu a provisão contábil e manteve em seu ativo circulante o valor correspondente ao êxito em 31 de dezembro de 2024. Em 13 de outubro de 2025, houve o cumprimento de sentença e o valor depositado foi de R\$ 199.507, incluindo R\$ 7.251 reconhecidos em 2025 a título de atualização monetária.
- iii. Conforme êxito obtido na ação, houve a cassação do acórdão regional e a extinção da ação trabalhista e, nesse sentido, a FIPECAFI reverteu a provisão contábil referente ao processo trabalhista (Nota Explicativa n° 5.3.4).

## 2. Desempenho--Continuação

### 2.6. Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras correspondem aos rendimentos sobre aplicações financeiras e são mensuradas pelo método do custo amortizado e apropriadas *pro rata temporis*. As despesas financeiras se referem ao pagamento dos juros sobre os empréstimos contraídos, atualização monetária de passivos contingentes e obrigações fiscais parceladas. A composição do resultado financeiro líquido está assim distribuída:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	79.000	166.954
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos sobre empréstimos	(691.446)	(770.691)
Atualização monetária passiva e juros	<u>(212.316)</u>	<u>(141.113)</u>
	<b>(903.762)</b>	<b>(911.804)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u><b>(824.762)</b></u>	<u><b>(744.850)</b></u>

## 3. Propriedades para investimentos, imobilizado, intangível e outros investimentos

### 3.1. Investimentos e propriedades para investimentos

A Fundação possui em seu patrimônio imóveis mantidos para geração de renda, bem como participações em outras entidades parceiras.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Investimentos (títulos patrimoniais)	40.856	40.856
Propriedade para investimentos	<u>21.790.000</u>	<u>21.790.000</u>
<b>Total</b>	<u><b>21.830.856</b></u>	<u><b>21.830.856</b></u>

As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo e, subsequentemente, avaliadas com base em seu valor justo, conforme permitido pelo pronunciamento técnico aplicável. Embora os laudos de avaliação independentes indiquem variações no valor justo entre os períodos, a Administração, com base em julgamento técnico e considerando a natureza institucional da Fundação, deliberou por não reconhecer contabilmente tais variações, por entender que:

- (i) eventual valorização não representa, necessariamente, realização financeira ou econômica efetiva;
- (ii) os ativos não são mantidos com o objetivo especulativo ou de negociação; e
- (iii) o reconhecimento das variações poderia comprometer o princípio da prudência aplicável às entidades sem fins lucrativos.

Em 31 de dezembro de 2025, os laudos de avaliação apontaram variação positiva líquida potencial de R\$ 2.592.000 em relação aos valores contábeis registrados, conforme demonstrado a seguir:

### **3. Propriedades para investimentos, imobilizado, intangível e outros investimentos--Continuação**

#### **3.1. Investimentos e propriedades para investimentos--Continuação**

<b>Descrição</b>	<b>Ganho/Perda</b>
2º andar – Prédio na Rua Maestro Cardim	(53.600)
3º andar – Prédio na Rua Maestro Cardim	(170.000)
7º andar – Prédio na Rua Maestro Cardim	24.000
9º andar – Prédio na Rua Maestro Cardim	(108.400)
Rua Alvarenga, 2147 (2151)	2.900.000
<b>Total</b>	<b>2.592.000</b>

No que se refere aos andares locados no edifício sede (2º, 3º, 7º e 9º andares), a Administração destaca que, apesar de variações pontuais identificadas nos laudos individuais, a avaliação do imóvel como um todo indica valorização em relação ao valor contábil, refletindo, principalmente, mudanças nas condições do entorno, incluindo desenvolvimento imobiliário, alterações no perfil comercial da região e expansão de serviços. Em relação ao imóvel localizado na Rua Alvarenga, a Administração considera que as premissas utilizadas na avaliação podem não se refletir integralmente em uma eventual transação de mercado, tendo em vista características específicas do ativo, tais como limitações de uso e zoneamento urbano, bem como sua localização relativa. Dessa forma, entende que o valor justo estimado deve ser analisado com cautela para fins de tomada de decisão econômica.

#### **3.2. Imobilizado**

##### **a) Reconhecimento e mensuração**

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

##### **b) Custos subsequentes**

O custo de um componente do imobilizado, em caso de benfeitorias e reposições, é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a FIPECAFI e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

##### **c) Depreciação**

A depreciação é reconhecida no resultado aplicando-se o método linear com base nas taxas apresentadas para cada componente do imobilizado, pois esse é o método que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O método de depreciação, as taxas adotadas e os valores residuais de terrenos e imóveis, que são os bens mais relevantes, são revistos a cada encerramento de exercício contábil e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

### 3. Propriedades para investimentos, imobilizado, intangível e outros investimentos--Continuação

#### 3.2. Imobilizado--Continuação

##### c) Depreciação--Continuação

Imobilizado	Custo 2025	Depreciação acumulada	Custo Líquido 2025	Custo Líquido 2024
Terrenos	6.010.001	-	6.010.001	6.010.001
Imóveis	13.351.939	(3.774.670)	9.577.269	9.623.064
Computadores e periféricos	3.442.335	(3.319.457)	122.878	156.385
Móveis e utensílios	1.604.034	(1.455.476)	148.558	164.634
Máquinas e equipamentos	1.632.851	(1.486.226)	146.625	161.165
Biblioteca	197.498	(197.237)	261	1.451
<b>Total</b>	<b>26.238.658</b>	<b>(10.233.066)</b>	<b>16.005.592</b>	<b>16.116.700</b>

Imobilizado	Custo 2024	Depreciação acumulada	Custo Líquido 2024	Custo Líquido 2023
Terrenos	6.010.001	-	6.010.001	6.010.001
Imóveis	13.159.202	(3.536.138)	9.623.064	9.858.767
Computadores e periféricos	3.394.160	(3.237.775)	156.385	240.326
Móveis e utensílios	1.589.275	(1.424.641)	164.634	196.869
Máquinas e equipamentos	1.619.345	(1.458.180)	161.165	179.713
Biblioteca	197.498	(196.047)	1.451	3.340
<b>Total</b>	<b>25.969.481</b>	<b>(9.852.781)</b>	<b>16.116.700</b>	<b>16.489.016</b>

#### Movimentação do imobilizado

	Taxa (% ao ano)	2024	Adições	2025
<b>Custos</b>				
Terrenos		6.010.001	-	6.010.001
Imóveis	2,5%	13.159.202	192.737	13.351.939
Computadores e periféricos	20%	3.394.160	48.175	3.442.335
Móveis e utensílios	10%	1.589.275	14.759	1.604.034
Máquinas e equipamentos	10%	1.619.345	13.506	1.632.851
Biblioteca	10%	197.498	-	197.498
		<b>25.969.481</b>	<b>269.177</b>	<b>26.238.658</b>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Imóveis		(3.536.138)	(238.532)	(3.774.670)
Computadores e periféricos		(3.237.775)	(81.682)	(3.319.457)
Móveis e utensílios		(1.424.641)	(30.835)	(1.455.476)
Máquinas e equipamentos		(1.458.180)	(28.046)	(1.486.226)
Biblioteca		(196.047)	(1.190)	(197.237)
		<b>(9.852.781)</b>	<b>(380.285)</b>	<b>(10.233.066)</b>
<b>Saldo líquido</b>		<b>16.116.700</b>	<b>(111.108)</b>	<b>16.005.592</b>

	Taxa (% ao ano)	2023	Adições	2024
<b>Custos</b>				
Terrenos		6.010.001	-	6.010.001
Imóveis	2,5%	13.159.202	-	13.159.202
Computadores e periféricos	20%	3.393.492	668	3.394.160
Móveis e utensílios	10%	1.589.275	-	1.589.275
Máquinas e equipamentos	10%	1.606.423	12.922	1.619.345
Biblioteca	10%	197.498	-	197.498
		<b>25.955.891</b>	<b>13.590</b>	<b>25.969.481</b>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Imóveis		(3.300.435)	(235.703)	(3.536.138)
Computadores e periféricos		(3.153.166)	(84.609)	(3.237.775)
Móveis e utensílios		(1.392.406)	(32.235)	(1.424.641)
Máquinas e equipamentos		(1.426.710)	(31.470)	(1.458.180)
Biblioteca		(194.158)	(1.889)	(196.047)
		<b>(9.466.875)</b>	<b>(385.906)</b>	<b>(9.852.781)</b>
<b>Saldo líquido</b>		<b>16.489.016</b>	<b>(372.316)</b>	<b>16.116.700</b>

### 3. Propriedades para investimentos, imobilizado, intangível e outros investimentos--Continuação

#### 3.2. Imobilizado--Continuação

##### d) Redução ao valor recuperável

Os ativos do imobilizado têm o seu valor recuperável testado anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há evidências de não recuperabilidade desses ativos, não havendo a necessidade do reconhecimento de *impairment*.

#### 3.3. Intangível

Além de marcas e patentes, os valores registrados no Intangível, compreendem:

- i. Direitos de uso de *softwares* que se referem a licenças com contratos válidos por um período geralmente de 1 ano; e
- ii. Produção de material didático que correspondem ao desenvolvimento e/ou atualizações dos e-books e demais materiais utilizados nos cursos e disciplinas EAD.

Todos os itens do intangível são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido das despesas de amortização, as quais são mensuradas com base na vida útil estimada e que variam de 1 (um) a 5 (cinco) anos, a depender do tipo de licença ou do material desenvolvido.

Considerando que não há evidências de não recuperabilidade desses ativos, não houve a necessidade do reconhecimento de *impairment*.

<b>Intangível</b>	<b>Custo 2025</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Custo Líquido 2025</b>	<b>Custo Líquido 2024</b>
Marcas e patentes	4.914	(1.633)	3.281	3.281
Softwares (i)	2.372.404	(2.320.972)	51.432	34.352
Produção de material didático (ii)	563.826	(423.310)	140.516	328.231
<b>Total</b>	<b>2.941.144</b>	<b>(2.745.915)</b>	<b>195.229</b>	<b>365.864</b>

<b>Intangível</b>	<b>Custo 2024</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Custo Líquido 2024</b>	<b>Custo Líquido 2023</b>
Marcas e patentes	4.914	(1.633)	3.281	3.281
Softwares (i)	2.237.077	(2.202.725)	34.352	48.666
Produção de material didático (ii)	537.114	(208.883)	328.231	287.483
<b>Total</b>	<b>2.779.105</b>	<b>(2.413.241)</b>	<b>365.864</b>	<b>339.430</b>

### 3. Propriedades para investimentos, imobilizado, intangível e outros investimentos--Continuação

#### 3.3. Intangível--Continuação

	Taxa média (% ao ano)	2024	Adições	2025
<b>Custos</b>				
Marcas e patentes		4.914	-	4.914
Softwares (i)	100%	2.237.077	135.327	2.372.404
Produção de material didático (ii)	33%	537.114	26.712	563.826
		<b>2.779.105</b>	<b>162.039</b>	<b>2.941.144</b>
<b>Amortização acumulada</b>				
Marcas e patentes		(1.633)	-	(1.633)
Softwares (i)		(2.202.725)	(118.246)	(2.320.971)
Produção de material didático (ii)		(208.883)	(214.426)	(423.309)
		<b>(2.413.241)</b>	<b>(332.672)</b>	<b>(2.745.913)</b>
<b>Saldo líquido</b>		<b>365.864</b>	<b>(170.633)</b>	<b>195.231</b>

	Taxa média (% ao ano)	2023	Adições	2024
<b>Custos</b>				
Marcas e patentes		4.914	-	4.914
Softwares (i)	100%	2.140.154	96.923	2.237.077
Produção de material didático (ii)	33%	339.739	197.375	537.114
		<b>2.484.807</b>	<b>294.298</b>	<b>2.779.105</b>
<b>Amortização acumulada</b>				
Marcas e patentes		(1.633)	-	(1.633)
Softwares (i)		(2.091.488)	(111.237)	(2.202.725)
Produção de material didático (ii)		(52.256)	(156.627)	(208.883)
		<b>(2.145.377)</b>	<b>(267.864)</b>	<b>(2.413.241)</b>
<b>Saldo líquido</b>		<b>339.430</b>	<b>26.434</b>	<b>365.864</b>

#### 3.4. Ativos mantidos para venda

A Fundação, em 2025, manteve registrado no ativo circulante (i) a sala número 205 situada na Av. Jose Cesar de Oliveira nº 175, 179 e 1812 no edifício ABC no montante de R\$ 240.000 e (ii) o imóvel situado na Rua Alvarenga, nº 2222, no montante de R\$ 5.770.000, totalizando R\$ 6.010.000 no ativo mantido para venda, permanecendo a intenção de venda desses imóveis. A Administração mantém esforços ativos e contínuos para a concretização da venda, incluindo a contratação de intermediadores imobiliários especializados, divulgação ativa no mercado e condução de negociações com potenciais interessados.

Embora a expectativa inicial considerasse a conclusão da transação no prazo de até 12 (doze) meses, a efetivação da venda vem sendo impactada por fatores alheios ao controle da Instituição, dentre os quais destacamos:

- condições desfavoráveis de mercado imobiliário;
- necessidade de avaliação técnica dos imóveis; e
- estratégia de maximização do valor de venda.

### **3. Propriedades para investimentos, imobilizado, intangível e outros investimentos--Continuação**

#### **3.4. Ativos mantidos para venda--Continuação**

A Administração entende que tais circunstâncias não descaracterizam a classificação dos ativos como mantidos para venda, uma vez que:

- a) permanece vigente o plano formal de alienação;
- b) os imóveis continuam disponível para venda imediata; e
- c) os esforços de comercialização permanecem ativos.

Desta forma, os imóveis permanecem classificados no Ativo Circulante, em conformidade com as exceções previstas no CPC 31.

A Administração revisa periodicamente as premissas relacionadas à recuperabilidade e à expectativa de alienação do ativo.

### **4. Capital de giro**

#### **4.1. Caixa e equivalentes de caixa**

A Fundação mantém seus recursos disponíveis em caixa, conta corrente bancária e aplicações de curto prazo com liquidez diária, em renda fixa. Parte preponderante das aplicações foram realizadas em Certificado de Depósito Bancário (CDB) com rendimento de 100% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em instituições financeiras de primeira linha, todos sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. O rendimento acompanha a taxa CDI com rentabilidade média de 1,11% a.m. apurada em 2025 (0,86% a.m. em 2024). O saldo diário final em conta corrente é transferido para aplicações de curto prazo com lastro em CDB.

Os saldos de caixa e depósitos bancários são demonstrados pelo valor justo, enquanto as aplicações financeiras estão avaliadas pelo método do custo amortizado na data do balanço, estando assim apresentados:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Caixa	6.400	6.400
Contas correntes	10.137	4.330
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>1.157.782</b>	<b>813.925</b>
Banco do Brasil S.A.	30	72
Banco Santander (Brasil) S.A.	952.800	460.464
Banco Bradesco S.A.	88.309	251.343
Banco Itaú S.A.	116.643	102.046
	<b>1.174.319</b>	<b>824.655</b>

#### 4. Capital de giro

##### 4.2. Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor justo e deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, as quais são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas com valores a receber de clientes. A composição do valor evidenciado é a seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Educacionais	3.635.686	3.011.391
Pesquisas e projetos	465.240	249.000
Direitos autorias e outros créditos	18.205	22.049
	<u>4.119.131</u>	<u>3.282.440</u>
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.316.919)	(1.220.522)
	<u>2.802.212</u>	<u>2.061.918</u>

A distribuição dos valores nominais a receber de clientes em função dos vencimentos ("Aging list"), é a seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>A vencer</b>	1.710.450	1.189.455
Vencidos de 0 a 30 dias	392.196	336.722
Vencidos de 31 a 60 dias	417.345	162.011
Vencidos de 61 a 90 dias	139.855	137.017
Vencidos de 91 a 120 dias	124.748	133.249
Vencidos de 121 a 150 dias	107.246	102.583
Vencidos há mais de 150 dias	1.227.291	1.221.403
	<u>4.119.131</u>	<u>3.282.440</u>

A movimentação do saldo de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi a seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(1.220.522)</b>	<b>(2.966.004)</b>
Adições	(1.316.919)	(1.220.522)
Reversões	1.220.522	2.966.004
Movimento do período	<u>(96.397)</u>	<u>1.745.482</u>
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b><u>(1.316.919)</u></b>	<b><u>(1.220.522)</u></b>

##### **Critério para mensuração das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa**

A FIPECAFI constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa pelo valor correspondente a 100% (cem por cento) das mensalidades e títulos que estejam vencidos conforme critérios abaixo, levando em conta o respectivo comportamento histórico de cada título e considerando ainda sua recuperabilidade:

Mestrado e Graduação (Presencial e EaD)	Acima de 180 dias
MBA e Especialização (Presencial e EaD)	Acima de 90 dias
EDUX (Presencial e EaD)	Acima de 60 dias
Projetos de pesquisas contratados	Avaliação por projeto

#### **4. Capital de giro--Continuação**

##### **4.2. Contas a receber--Continuação**

Além do procedimento descrito acima, a FIPECAFI analisa as taxas de inadimplência observadas historicamente ao longo dos anos e em relação ao valor total em carteira. Foi realizada a aglutinação das contas a receber por características comuns, considerando as seguintes condições:

- i. O tipo de serviço com maior índice de inadimplência;
- ii. Qual período apresenta maior inadimplência; e
- iii. O número de dias que a carteira da conta a receber está vencida.

Os percentuais obtidos da análise foram aplicados sobre os saldos dos títulos vencidos que não entram no critério apresentado acima para o complemento da provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

Em 2025, permaneceram no contas a receber os títulos com vencimento de 2023 e 2024. Para recuperar os títulos de anos anteriores a 2025 a Fundação vem inserindo novas formas de recuperação de crédito. No final do ano aderiu ao programa do Serasa sobre a quitação débitos inscritos. A cobrança dos títulos emitidos em 2025 teve uma maior efetividade evitando uma elevação nos títulos em aberto.

##### **4.3. Empréstimos a pagar**

Os empréstimos são reconhecidos, no recebimento dos recursos, pelo valor justo líquido dos custos de transação. Nas avaliações subsequentes, os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo método do custo amortizado (acréscimo dos encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos de eventuais pagamentos efetuados no período).

A operação com o Banco Bradesco, que a única vigente, foi contratada à taxa de juros do CDI acrescida de margem fixa. Para transformar o contrato em uma taxa prefixada foi associada uma operação de SWAP e, no decorrer do prazo do contrato, as mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como ganho ou perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos.

No referido contrato de empréstimo com o Banco Bradesco, a Fundação forneceu as seguintes garantias:

- a) cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos (i) dos recebimentos via cartões de créditos das bandeiras Mastercard e Visa (10% dos créditos depositados regularmente na agência 3391/0) e (ii) dos recebíveis dos aluguéis; e
- b) alienação fiduciária do imóvel na Rua Alvarenga, nº 2147.

#### **4. Capital de giro--Continuação**

##### **4.3. Empréstimos a pagar--Continuação**

Em 16 de janeiro de 2024, a FIPECAFI renegociou as bases do empréstimo celebrado com o Banco Bradesco em condições e taxas mais favoráveis. Nessa renegociação, foi concedida nova carência de 6 (seis) meses para a amortização do principal e, nova taxa na ordem de 6,0094% a.a. mais CDI, com vencimento em 17 de janeiro de 2028, deixando de ter o instrumento de SWAP.

Em 28/06/2025, a Fundação liquidou a operação de capital de giro contratada junto ao Banco Santander no final do ano de 2022 e repactuada em dezembro de 2023.

Os saldos e outras informações referentes aos empréstimos e financiamentos, no curto e no longo prazo, são apresentados na tabela seguinte:

**Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

**4. Capital de giro--Continuação**

**4.3. Empréstimos a pagar--Continuação**

Instituição financeira	Modalidade	2024	Transferência não		Amortização de		2025
			circulante	Juros reconhecidos	principal	Amortização Juros	
<b>Circulante</b>		<b>1.510.383</b>	<b>1.244.971</b>	<b>685.192</b>	<b>(1.509.965)</b>	<b>(691.446)</b>	<b>1.239.135</b>
Santander	Empréstimo	285.761	-	-	(271.276)	(14.485)	-
(-) Juros a transcorrer		(14.067)	-	14.067	-	-	-
<b>Santander</b>		<b>271.694</b>	<b>-</b>	<b>14.067</b>	<b>(271.276)</b>	<b>(14.485)</b>	<b>-</b>
Bradesco	Empréstimo	1.800.008	1.696.153	-	(1.238.689)	(626.538)	1.630.934
(-) Juros a transcorrer		(561.319)	(451.182)	620.256	-	-	(392.245)
<b>Bradesco</b>		<b>1.238.689</b>	<b>1.244.971</b>	<b>620.256</b>	<b>(1.238.689)</b>	<b>(626.538)</b>	<b>1.238.689</b>
Santander	Conta garantida	-	-	50.869	-	(50.423)	446
<b>Não Circulante</b>		<b>2.580.602</b>	<b>(1.244.971)</b>	<b>6.282</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.341.913</b>
Bradesco	Empréstimo	3.052.171	(1.696.153)	130.977	-	-	1.486.995
(-) Juros a transcorrer		(471.569)	451.182	(124.695)	-	-	(145.082)
		<b>2.580.602</b>	<b>(1.244.971)</b>	<b>6.282</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.341.913</b>
<b>Total</b>		<b>4.090.985</b>	<b>-</b>	<b>691.474</b>	<b>(1.509.965)</b>	<b>(691.446)</b>	<b>2.581.048</b>
<b>Passivo circulante</b>		<b>1.510.383</b>					<b>1.239.135</b>
<b>Passivo não circulante</b>		<b>2.580.602</b>					<b>1.341.913</b>

Instituição financeira	Modalidade	2023	Renegociação/		Amortização de		2024
			transferência não	Juros reconhecidos	principal	Amortização Juros	
<b>Circulante</b>		<b>1.971.431</b>	<b>588.825</b>	<b>759.345</b>	<b>(1.038.527)</b>	<b>(770.691)</b>	<b>1.510.383</b>
Santander	Empréstimo	457.331	285.762	-	(363.407)	(93.925)	285.761
(-) Juros a transcorrer		(92.979)	(14.485)	93.397	-	-	(14.067)
<b>Santander</b>		<b>364.352</b>	<b>271.277</b>	<b>93.397</b>	<b>(363.407)</b>	<b>(93.925)</b>	<b>271.694</b>
Bradesco	Empréstimo	2.047.393	943.905	-	(516.120)	(675.170)	1.800.008
(-) Juros a transcorrer		(600.910)	(626.357)	665.948	-	-	(561.319)
<b>Bradesco</b>		<b>1.446.483</b>	<b>317.548</b>	<b>665.948</b>	<b>(516.120)</b>	<b>(675.170)</b>	<b>1.238.689</b>
Santander	Conta garantida	160.596	-	-	(159.000)	(1.596)	-
<b>Não Circulante</b>		<b>3.128.441</b>	<b>(547.839)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.580.602</b>
Santander	Empréstimo	285.762	(285.762)	-	-	-	-
(-) Juros a transcorrer		(14.485)	14.485	-	-	-	-
<b>Santander</b>		<b>271.277</b>	<b>(271.277)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Bradesco	Empréstimo	3.359.574	(307.403)	-	-	-	3.052.171
(-) Juros a transcorrer		(502.410)	30.841	-	-	-	(471.569)
		<b>2.857.164</b>	<b>(276.562)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.580.602</b>
<b>Total</b>		<b>5.099.872</b>	<b>40.986</b>	<b>759.345</b>	<b>(1.038.527)</b>	<b>(770.691)</b>	<b>4.090.985</b>
<b>Passivo circulante</b>		<b>1.971.431</b>					<b>1.510.383</b>
<b>Passivo não circulante</b>		<b>3.128.441</b>					<b>2.580.602</b>

## Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

### 4. Capital de giro--Continuação

A Fundação apresentou redução consistente em seu endividamento ao longo dos últimos exercícios. O saldo de empréstimos e financiamentos passou de R\$ 5.941.000 em 2022 para R\$ 2.581.048 em 2025, refletindo, substancialmente, as amortizações realizadas no período e a estratégia da Administração de desalavancagem financeira e otimização da estrutura de capital.

#### 4.4. Fornecedores a pagar

Referem-se a valores devidos a terceiros relativos a materiais já fornecidos e serviços já prestados para os cursos e projetos de pesquisas contratados.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Materiais	39.610	28.378
Serviços prestados por terceiros	370.110	410.447
	<u>409.720</u>	<u>438.825</u>

#### 4.5. Obrigações trabalhistas a pagar

Os encargos sociais correspondem aos valores incidentes sobre a folha de pagamento, tais como Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e Programa de Integração Social - PIS.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Salários	456.778	446.844
Encargos sobre salários	345.810	328.142
Férias	904.882	860.235
Encargos sobre férias	307.451	292.273
<b>Total</b>	<u>2.014.921</u>	<u>1.927.494</u>

#### 4.6. Tributos a recolher

Contempla os tributos federais (Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Pessoa Física IRPJ e IRPF, Contribuições Sociais Retidas na Fonte - CSRF e Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS) e municipais (Imposto sobre Serviço Prestado - ISS) retidos na fonte dos prestadores de serviços e colaboradores, os quais são recolhidos no mês subsequente.

Em março de 2024, a Fundação aderiu ao parcelamento dos tributos federais dos períodos de novembro de 2023 a janeiro de 2024. O parcelamento foi celebrado junto à Receita Federal em 60 (sessenta) parcelas, e em 31 de dezembro de 2025, o saldo devedor totaliza R\$ 1.036.446, restando 38 (trinta e oito) parcelas a pagar.

Em novembro de 2024, a Receita Federal comunicou a decisão, desfavorável à Fundação, do processo administrativo 13804.005108/2002-55, relativo à retenção de tributos federais. A FIPECAFI optou pelo parcelamento em 38 (trinta e oito) parcelas, e em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor totaliza R\$ 31.567 restando 24 (vinte e quatro) parcelas a pagar.

## Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

### 4. Capital de giro--Continuação

#### 4.6. Tributos a recolher--Continuação

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Tributos federais	291.021	268.320
Tributos federais (parcelamento)	343.082	305.176
Tributos federais (juros a transcorrer)	(121.765)	(83.860)
Tributos municipais	1.517	2.287
<b>Total no circulante</b>	<b>513.855</b>	<b>491.923</b>
Tributos federais (parcelamento)	724.931	950.130
Tributos federais (juros a transcorrer)	(247.684)	(251.566)
<b>Total no não circulante</b>	<b>477.247</b>	<b>698.564</b>

#### 4.7. Serviços prestados a pagar

Referem-se aos serviços prestados por terceiros para os cursos e projetos de pesquisas:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Projetos de pesquisas	2.038.556	1.276.194
Educacionais	536.735	113.002
Outros	26.114	163.606
<b>Circulante</b>	<b>2.601.405</b>	<b>1.552.802</b>
Projetos de pesquisas	-	-
Educacionais	821.537	1.108.374
<b>Não circulante</b>	<b>821.537</b>	<b>1.108.374</b>
<b>Total</b>	<b>3.422.942</b>	<b>2.661.176</b>

A rubrica “educacionais”, classificada no ativo não circulante (e parte do que está classificado no circulante), refere-se a acordos celebrados em 2023, que estão sendo atualizados pela variação mensal do IPCA, e serão pagos parceladamente a partir de março de 2026.

#### 4.8. Adiantamentos de clientes

Correspondem aos valores recebidos antecipadamente de clientes para prestação futura de serviços, compostos da seguinte forma:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Adiantamento de cursos (mensalidades)	393.427	974.106
Adiantamento de cursos <i>in-company</i>	386.832	-
Adiantamento para aluguel de salas	96.469	89.919
Outros adiantamentos	-	29.165
<b>Total</b>	<b>876.728</b>	<b>1.093.190</b>

Em dezembro de 2025, a Fundação firmou contrato com o Banco Brasil para realização de 3 (três) turmas do curso Pós-graduação em Contabilidade Aplicada ao Setor Público – CASP, tendo recebido antecipadamente o valor de R\$ 386.832, retomando sua inserção no mercado na oferta de cursos *in company*.

## Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

### 5. Riscos e contingências

#### 5.1. Depósitos judiciais

Correspondem aos valores em garantia das demandas judiciais descritas na Nota Explicativa nº 5.3, que estão contabilizados desde a data da notificação, com base no valor depositado em juízo naquela data.

	<u>Saldo em 2024</u>	<u>Depósito</u>	<u>Atualização</u>	<u>Saldo em 2025</u>
COFINS (i)	56.660.556	447.315	3.276.542	60.384.413
ISS - Obrigações acessórias (ii)	161.685	-	6.755	168.440
	<b>56.822.241</b>	<b>447.315</b>	<b>3.283.297</b>	<b>60.552.853</b>

Os valores depositados são atualizados pelos seguintes indexadores:

- i. COFINS: taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia); e
- ii. ISS - Obrigações Acessórias: índice do TJ/SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) para débitos judiciais.

#### 5.2. Contas a pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Acordos judiciais (i)	-	584.555
Êxito trabalhista (ii)	68.774	284.770
Êxito tributário (iii)	17.956	19.226
Outros	-	2.500
<b>Circulante</b>	<b>86.730</b>	<b>891.051</b>
Êxito trabalhista (ii)	-	56.954
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>56.954</b>
<b>Total</b>	<b>86.730</b>	<b>948.005</b>

- i. Refere-se ao acordo celebrado em juízo para liquidação de ação trabalhista. O acordo homologado definiu o pagamento de 48 (quarenta e oito) parcelas de R\$ 50.000 com correção semestral como base na variação do IPCA (IBGE). Em 31/10/2025 foi efetuado o pagamento da última parcela encerrando esse acordo;
- ii. Corresponde ao êxito obtido sobre ação trabalhista movida por consultor e que no ano de 2025 foi pago o valor R\$ 326.101 que corresponde a 10 (dez) parcelas com correção pela Selic, restando duas parcelas a serem pagas em 2026 (vide Nota Explicativa nº 5.3.4); e
- iii. Trata-se de êxito do processo tributário do INSS e que corresponde a 9% (nove por cento) do valor recuperado do depósito judicial (vide Nota Explicativa nº 5.3.1) tendo sido liquidada em fevereiro de 2026.

**Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

**5. Riscos e contingências--Continuação****5.3. Provisões para demandas judiciais**

A FIPECAFI constitui provisões em montante considerado suficiente para evidenciar as perdas potenciais com as ações judiciais em curso e que possam vir a representar uma saída de caixa ou redução de outro ativo. Existem somente processos de natureza fiscal em andamento e, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, as provisões foram registradas pelas melhores estimativas para os riscos envolvidos.

A tabela a seguir apresenta as informações sobre a movimentação dos valores correspondentes às ações e os valores dos depósitos judiciais para cada uma delas.

As diversas ações judiciais constantes na tabela são analisadas individualmente nos itens 5.3.1 a 5.3.4.

Resumo das ações judiciais em discussão e movimentações no período:

Notas Explicativas	Anos de início	Origens das ações	Naturezas das ações	Períodos questionados	Provisões em 31/12/2024	Atualizações em 2025	Provisões em 31/12/2025	Saldos dos depósitos judiciais
5.3.2	1999	COFINS	Não reconhecimento da Imunidade	(i)01/1994 a 12/1998 e (ii)01/1999 em diante	35.904.470	3.276.542	39.181.012	60.384.413
5.3.3	2006	ISS - Obrigações Acessórias	Execução Fiscal	2000 a 2002	161.685	6.755	168.440	168.440
<b>Totais</b>					<b>36.066.155</b>	<b>3.283.297</b>	<b>39.349.452</b>	<b>60.552.853</b>

## **5. Riscos e contingências--Continuação**

### **5.3. Provisões para demandas judiciais**

#### **5.3.1. INSS**

##### **Histórico**

- (i) Em agosto de 1995, o INSS interpretou que todos os pagamentos efetuados às pessoas físicas prestadoras de serviços nos últimos 10 (dez) anos (01/1985 a 12/1994) não poderiam ter sido caracterizados como pagamento a autônomos. Foi emitida a notificação de recolhimento complementar e, nesse momento, a FIPECAFI fez a contestação, efetuando depósito judicial do valor questionado e contabilizando a respectiva provisão;
- (ii) Em setembro de 2009, a 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo extinguiu os débitos relativos aos 5 (cinco) anos iniciais da ação (01/1985 a 12/1989), permanecendo os 5 (cinco) anos subsequentes (01/1990 a 12/1994);
- (iii) Em novembro de 2024, a Fundação reverteu a provisão contábil e manteve em seu ativo circulante o valor correspondente do êxito da ação e constituiu em seu passivo a remuneração do assessor jurídico;
- (iv) Em outubro de 2025, foi expedido o ofício que autorizou a transferência do valor correspondente ao êxito da FIPECAFI. Em 14 de outubro de 2025 foi identificado o depósito na conta corrente da Fundação no montante de R\$ 199.507. Do resultado mencionado, parte referente a 9% (nove por cento) será destinado ao pagamento dos honorários de êxito, ou seja, R\$ 17.956, com previsão de pagamento em 2026.

#### **5.3.2 COFINS**

##### **Histórico**

- (i) Em 1999, a FIPECAFI foi autuada para pagar a COFINS incidente sobre as receitas referentes ao período de 01/1994 a 12/1998 (exceto sobre as receitas financeiras), por questionamento da autoridade fiscal sobre a imunidade da instituição;
- (ii) A FIPECAFI ingressou com uma ação ordinária contra a cobrança, tendo obtido liminar autorizando o depósito judicial integral compreendendo os valores referentes aos anos de 1994 a 1998;
- (iii) A partir de 01/1999 a FIPECAFI vem fazendo depósitos judiciais mensalmente, por orientação dos assessores jurídicos;
- (iv) Em 07/2018 a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) reconheceu a imunidade da FIPECAFI, mas, por orientação dos assessores jurídicos, vem mantendo o procedimento de efetuar o depósito judicial mensal até que haja o desfecho final da ação;

## **5. Riscos e contingências--Continuação**

### **5.3. Provisões para demandas judiciais--Continuação**

#### **5.3.2 COFINS--Continuação**

- (v) Em 05/2019 foi publicada a decisão da turma de origem reconhecendo a imunidade da FIPECAFI;
- (vi) Em 10/2020 foi proferida a decisão referente aos recursos extraordinários e o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a devolução dos autos para a Corte de origem para que adote, conforme a situação, referido tema de repercussão geral;
- (vii) Em 22/11/2024, embora o processo inicialmente tenha sido distribuído ao Desembargador Nelton dos Santos, cuja decisão havia sido favorável à FIPECAFI - primeiro juízo positivo de retratação - eis que por ter ele assumido a Corregedoria do TRF3, foram os autos encaminhados à Desembargadora Adriana Pileggi Soveral, que exercendo novo juízo positivo de retratação decidiu em sentido contrário, assim resumido: "... em atenção ao entendimento firmado pelo E. STF no RE 566.622/RS - Tema 32 – acolher os embargos de declaração, de modo a denegar a segurança"; e
- (viii) Em 03/12/2024 foram protocolizados Embargos de Declaração pela FIPECAFI.

#### **Situação jurídica atual**

Aguardando julgamento dos Embargos de Declaração apresentados pela FIPECAFI.

#### **Avaliação do risco**

Na opinião dos assessores jurídicos da Fundação, ainda que a certificação da imunidade possa ter regulação permitida por lei ordinária (STF), há que se considerar que o certificado, em si, não poderá restringir a imunidade que se busca declaração, essa, inclusive, expressamente reconhecida tanto pela r. sentença singular, como, ainda, especialmente, pelo v. aresto proferido à unanimidade pela c. 3ª Turma do eg. TRF/3, na ocasião Relator o Des. Nelton dos Santos.

Em relação à FIPECAFI, como decidido nas 2 (duas) instâncias ordinárias, enquanto perdurarem as condições materiais subjetivas da imunidade, não haverá espaço para certificação em contrário, uma vez que a certificação validada pelo STF, caberia apenas declarar direito já existente, que lhe antecedia.

## **5. Riscos e contingências--Continuação**

### **5.3. Provisões para demandas judiciais--Continuação**

#### **5.3.2 COFINS--Continuação**

Importante frisar que no julgamento de outra Ação Direta de Inconstitucionalidade (4480) mais recente (mas, com decisão publicada antes), o STF deixou mais explícita essa questão da Lei Complementar e da Lei Ordinária em tema de imunidade, “podando/afastando” algumas condições e matérias da Lei Ordinária (LO), para fins de gozo da imunidade. Isso, porque estariam afetas à Lei Complementar (LC), além de ter afastado dispositivo de lei ordinária que previa que apenas após a concessão do CEBAS - Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social na Área de Educação, haveria o direito à imunidade sobre as contribuições sociais. Isso em razão de que dada entidade deveria ser considerada imune a partir do momento que atendesse os requisitos estabelecidos na legislação complementar material alinhada com a Constituição Federal (CF), e não a partir da obtenção do certificado.

Mesmo tendo obtido êxito em julho de 2018, a Administração entende que deve ser mantida a provisão constituída para o período de janeiro de 1994 a dezembro de 1998 até que ocorra a decisão final do processo. Esta posição se deve ao fato de que com a adequação do processo ao RE nº 566.622 a decisão anterior de julho de 2018 poderá ser mantida ou reformada. O parecer dos assessores jurídicos classifica o risco como possível, mas a Administração entende que o risco é provável.

#### **Decisão contábil**

No ano de 2009, a FIPECAFI avaliou, juntamente com seus assessores jurídicos, a referida ação e decidiu por reverter a provisão constituída relativa ao período de janeiro de 1999 a dezembro de 2009. Tal decisão baseou-se em parecer jurídico sustentado na Medida Provisória 2.158-35/01, artigo 14, mantendo apenas a provisão referente (i) ao período de janeiro de 1994 a dezembro de 1998 (depósito mais atualização monetária), bem como (ii) à atualização monetária (somente) dos depósitos efetuados do período de 01 de janeiro de 1999 até a presente data. Diante do exposto, a Administração da Fundação entende que a manutenção da provisão nestas bases é a prática mais adequada sob a ótica técnica e prudencial, refletindo de forma mais fidedigna a posição patrimonial e os riscos envolvidos, até que haja maior segurança quanto ao desfecho da demanda e que o montante atualmente provisionado seja suficiente para cobrir eventual reversão da classificação de risco, face às incertezas que surgiram com a devolução dos autos para a corte de origem, uma vez que o risco de eventual revisão da decisão anterior permanece.

## **5. Riscos e contingências--Continuação**

### **5.3. Provisões para demandas judiciais--Continuação**

#### **5.3.2 COFINS--Continuação**

Os depósitos judiciais já realizados permanecem registrados no ativo não circulante, na rubrica "Depósitos judiciais", não sendo compensados com as provisões constituídas no passivo, em observância ao disposto no CPC 25. A compensação somente ocorrerá após o trânsito em julgado das respectivas ações ou autorização judicial para levantamento ou conversão dos valores.

#### **Honorários de êxito**

Do resultado que for obtido, 10% (dez por cento) será destinado para pagamento dos honorários de êxito.

#### **5.3.3 ISS**

#### **Obrigações Acessórias**

#### **Histórico**

- (i)** A FIPECAFI responde a uma execução fiscal (EF 105662/06), tendo por objeto a exigência de multa pelo suposto descumprimento de obrigações acessórias (escrituração fiscal do Livro 53) no período de 2000 a 2002;
- (ii)** A execução encontra-se garantida por depósito judicial da quantia referente à multa;
- (iii)** O Município interpôs agravo retido em nossas contrarrazões em 2012. Aguarda-se a remessa dos autos à conclusão desde 2013;
- (iv)** Em junho de 2021, foi proferida decisão de saneamento e organização do processo, em razão da Lei Municipal nº 17.557/2021. A execução fiscal deve ser incluída em expediente próprio e encaminhada à Procuradoria do Município para manifestar a sua decisão sobre o crédito cobrado se está ativo ou não na Dívida Ativa;
- (v)** Em novembro de 2023, foi proferida decisão determinando a suspensão da execução; e
- (vi)** Em setembro de 2025, os autos foram digitalizados no sistema e-SAJ do TJSP aguardando o término das obrigações acessórias em razão da extinção da obrigação principal.

## **5. Riscos e contingências--Continuação**

### **5.3. Provisões para demandas judiciais--Continuação**

#### **5.3.3 ISS--Continuação**

##### **Decisão contábil**

Provisão contábil integral vem sendo mantida com base no entendimento da Administração de que o risco de perda ainda persiste, apesar do parecer dos assessores jurídicos que a classificam como possível.

#### **5.3.4 Ações trabalhistas**

Em 2023, havia ação trabalhista em curso com probabilidade de perda como provável e havendo ainda possibilidade de recurso. A Fundação impetrou Reclamação Constitucional nº 64453 junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) tendo obtido êxito, uma vez que houve a cassação do acórdão regional e, dessa forma, extinguindo a ação trabalhista. Diante desse fato, foi revertida a provisão de R\$ 800.000 e contabilizado o êxito a ser pago aos assessores jurídicos, que em 31/12/2024 correspondia a R\$ 341.724. Em 2025 foi pago o montante de R\$ 326.101, correspondente a 10 (dez) parcelas com a respectiva correção monetária, restando 2 (duas) parcelas a serem pagas até fevereiro de 2026.

#### **5.3.5 Processos judiciais com riscos possíveis e não provisionados**

Em 31 de dezembro de 2025, além dos valores apresentados anteriormente, a Fundação é ré em processos de natureza tributária em que a probabilidade de perda avaliada pela assessoria jurídica e avaliação da Administração, é possível, conforme apresentado a seguir:

##### **5.3.5.1. ISS 2009 a 2013**

###### **Histórico**

- (i)** Em 2013, a FIPECAFI foi autuada para pagamento do ISS referente ao período de 2009 a 2013 e o reconhecimento de imunidade foi indeferido pela Secretaria de Finanças da Prefeitura do Município de São Paulo;
- (ii)** Em 10/2018 a FIPECAFI apresentou impugnação e recurso administrativo do auto de infração lavrado quando o pedido foi indeferido. Em 31 de julho de 2019 o recurso administrativo foi julgado improcedente, dando ensejo à interposição de recurso ao Conselho Municipal de Tributos, em 24/10/2019;

## **5. Riscos e contingências--Continuação**

### **5.3. Provisões para demandas judiciais--Continuação**

#### **5.3.5 Processos judiciais com riscos possíveis e não provisionados**

##### **5.3.5.1 ISS 2009 a 2013- Continuação**

- (iii) Na sessão de julgamento de 07/10/2020 o recurso foi retirado de pauta para análise;
- (iv) Em nova sessão de julgamento do dia 25/11/2020, o recurso foi novamente retirado de pauta e a Relatora converteu o julgamento em diligência para solicitar esclarecimentos ao SUREM (Secretaria da Receita Municipal);
- (v) Em julho de 2021, o processo na esfera administrativa foi julgado e retificados os autos de infração referentes aos anos de 2009 a 2012;
- (vi) Em dezembro de 2021, foi proferida a decisão citando a FIPECAFI para pagamento da dívida ou penhora do bem;
- (vii) Em 2022, a FIPECAFI foi intimada e solicitou petição para nomear bem em garantia. O bem aceito em garantia pela PMSP foi o imóvel sede da Fundação;
- (viii) Em 2024 não houve nenhuma movimentação no processo;
- (ix) Em 2025 certificou-se o encaminhamento da decisão para cumprimento da decisão; e
- (x) O termo de penhora do prédio da Rua Maestro Cardim, número 1170 foi aceito em janeiro de 2026 (fato subsequente).

##### **Situação atual**

Aguarda-se intimação para que possam ser apresentados Embargos à Execução Fiscal.

##### **Avaliação do risco**

Os assessores jurídicos entendem que um possível desfecho favorável na outra ação que estava garantida pela Carta de Fiança Bancária possa dar mais chances de êxito nessa ação.

##### **Decisão contábil**

Em função da classificação apresentada pelos assessores jurídicos, a Administração não reconheceu a provisão cujo montante em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 19.855.882 (R\$ 19.269.260 em 2024).

## **5. Riscos e contingências--Continuação**

### **5.3. Provisões para demandas judiciais--Continuação**

#### **5.3.5. Processos judiciais com riscos possíveis e não provisionados-- Continuação**

##### **5.3.5.1. ISS 2009 a 2013--Continuação**

###### **Honorários do êxito**

Para o crédito tributário executado em relação aos exercícios de 2009 a 2013, há honorários de êxito fixados em 3% (três por cento) do valor do benefício econômico.

### **5.4. Aspectos fiscais**

À luz da Constituição Federal (CF) e do Código Tributário Nacional (CTN), consideram-se imunes a impostos as instituições de caráter filantrópico, recreativo, educacional, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houver sido instituída e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

A FIPECAFI é uma entidade sem fins lucrativos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, e, desta forma, possui imunidade tributária. O desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da FIPECAFI, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as Fundações sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da imunidade da qual goza a Instituição.

A administração vem acompanhando as discussões e os desdobramentos sobre a Reforma Tributária proposta pelo Governo Federal, em especial sobre eventuais impactos desfavoráveis para fundações sem fins lucrativos.

Acreditamos que não existam ou que são muito baixos os riscos que possam suspender os benefícios fiscais existentes.

### **5.5. Cobertura de seguros (Não auditado)**

A FIPECAFI mantém cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes, levando em conta a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguro contra riscos operacionais está composta da seguinte forma:

## 5. Riscos e contingências--Continuação

### 5.5. Cobertura de seguros (Não auditado) --Continuação

<b>Coberturas</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Incêndio, explosão e fumaça	20.500.000	20.500.000
Danos elétricos	250.000	250.000
Responsabilidade civil operações	1.000.000	1.000.000
Subtração de bens	200.000	200.000
Outras coberturas	-	-
Vidros	50.000	50.000
Impacto de veículos e queda de aeronaves	150.000	150.000
<b>Total</b>	<b>22.150.000</b>	<b>22.150.000</b>

A apólice do seguro do prédio da Rua Maestro Cardim (Edifício Sede), renovada anualmente, foi contratada junto à *Lockton Brasil Consultoria e Corretora* e a vigência do contrato compreende o período de 17 de setembro de 2025 a 17 de setembro de 2026.

Quanto aos seguros dos imóveis classificados em Propriedade para Investimentos, conforme contrato, estão sob a responsabilidade dos respectivos locatários, tendo a Administração tomado conhecimento das respectivas apólices.

## 6. Instrumentos financeiros e patrimônio líquido

### 6.1. Instrumentos financeiros

Os seguintes ativos financeiros, detidos em 31 de dezembro de 2025, estão detalhados nas suas respectivas Notas Explicativas:

- i. Caixa e equivalente de caixa (Nota Explicativa n° 4.1); e
- ii. Contas a receber (Nota Explicativa n° 4.2).

### 6.2. Gerenciamento de riscos

A FIPECAFI está exposta aos riscos analisados a seguir, sendo apresentadas as políticas e os processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Os seguintes riscos são advindos do uso de instrumentos financeiros:

- i. Risco de crédito;
- ii. Risco de liquidez; e
- iii. Risco de mercado.

## **6. Instrumentos financeiros e patrimônio líquido--Continuação**

### **6.2. Gerenciamento de riscos--Continuação**

#### **6.2.1. Risco de crédito**

Está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais nos recebíveis da FIPECAFI.

A Fundação avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas para sua mitigação, com o objetivo de reduzir os riscos de não cumprimento dos compromissos assumidos pela FIPECAFI. As aplicações financeiras são, geralmente, no curto prazo, em instituições financeiras tradicionais consideradas de baixo risco. No caso das contas a receber da área educacional, a eficácia, em relação aos atrasos, é acentuada na renovação da matrícula, momento em que os débitos são quitados ou renegociados.

A FIPECAFI contabiliza a redução ao valor recuperável com base na matriz de perdas adotando a abordagem simplificada. Essa redução caracteriza a estimativa de perdas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos.

A Fundação considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a FIPECAFI utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A Administração da FIPECAFI não identificou justificativas para a constituição de outras perdas estimadas sobre seus ativos, exceto essa constituída sobre contas a receber.

## 6. Instrumentos financeiros e patrimônio líquido--Continuação

### 6.2. Gerenciamento de riscos--Continuação

#### 6.2.2. Risco de liquidez

Está relacionado com a possibilidade de a FIPECAFI encontrar dificuldades para cumprir as obrigações representadas pelos passivos que devem ser liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é garantir a manutenção de liquidez suficiente para cumprir as obrigações da instituição, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade.

A FIPECAFI vem cumprindo pontualmente suas obrigações de curto prazo e a Administração afirma que continuará cumprindo as despesas operacionais de curto prazo. A Fundação dispõe de linhas de crédito aprovadas (conta garantida e capital de giro) suficientes para, caso seja necessário, cumprir essas obrigações. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos sistematicamente pela Administração no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.

A seguir, são evidenciados os montantes de risco relativos aos passivos não derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

<b>2025</b>					
<b>Passivos não derivativos</b>	<b>Valor</b>	<b>6 meses ou</b>	<b>6-12meses</b>	<b>1-2anos</b>	<b>3-5 anos</b>
	<b>Contábil</b>	<b>menos</b>			
Fornecedores a pagar	409.720	409.720	-	-	-
Salários e encargos	802.588	802.588	-	-	-
Férias a pagar	1.212.333	606.167	606.166	-	-
Tributos a recolher	991.102	403.196	110.659	477.247	-
Contas a pagar	86.730	86.730	-	-	-
Empréstimo a pagar	2.581.048	619.790	619.345	1.341.913	-
Serviços prestados a pagar	3.422.942	1.300.702	1.300.703	821.537	-
	<b>9.506.463</b>	<b>4.228.893</b>	<b>2.636.873</b>	<b>2.640.697</b>	<b>-</b>
<b>2024</b>					
<b>Passivos não derivativos</b>	<b>Valor</b>	<b>6 meses ou</b>	<b>6-12meses</b>	<b>1-2anos</b>	<b>3-5 anos</b>
	<b>Contábil</b>	<b>menos</b>			
Fornecedores a pagar	438.825	438.825	-	-	-
Salários e encargos	774.986	774.986	-	-	-
Férias a pagar	1.152.508	576.254	576.254	-	-
Tributos a recolher	1.190.487	381.265	110.658	698.564	-
Contas a pagar	948.005	543.319	347.732	56.954	-
Empréstimo a pagar	4.090.985	891.039	619.344	2.477.378	103.224
Serviços prestados a pagar	2.661.176	276.608	1.276.194	1.108.374	-
	<b>11.256.972</b>	<b>3.882.296</b>	<b>2.930.182</b>	<b>4.341.270</b>	<b>103.224</b>

## 6. Instrumentos financeiros e patrimônio líquido--Continuação

### 6.2. Gerenciamento de riscos--Continuação

#### 6.2.3. Risco de mercado

Relaciona-se com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros sobre empréstimos e financiamentos. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.

Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), podem afetar as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da FIPECAFI era:

	2025	2024
<b>Ativos financeiros</b>		
Aplicações financeiras	1.157.782	813.925
<b>Passivos financeiros</b>		
Empréstimos a pagar	(2.581.048)	(4.090.985)
<b>Total</b>	<b>(1.423.266)</b>	<b>(3.277.060)</b>

#### **Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:**

A FIPECAFI mantém parcela substancial das suas disponibilidades e obrigações indexadas à variação do CDI.

A expectativa atual de mercado indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 14,50%, cenário provável para o ano de 2026, ante a taxa efetiva de 14,32 % verificada no ano de 2025.

	Exposição base 31/12/2025	Risco	Cenário Provável	Cenário I Possível -25%	Cenário II Remoto -50%
Taxa anual estimada do CDI			14,50%	10,88%	7,25%
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2025	1.423.266	Baixa CDI	206.374	154.851	103.187
<b>Impacto no resultado financeiro</b>			<b>206.374</b>	<b>154.851</b>	<b>103.187</b>

Além do risco do mercado associado aos ativos e passivos financeiros, a FIPECAFI está exposta ao risco de variação no valor justo das propriedades para investimentos, conforme Nota Explicativa nº 3.1.

## **6. Instrumentos financeiros e patrimônio líquido--Continuação**

### **6.3. Patrimônio líquido**

#### **6.3.1. Patrimônio Social**

O Patrimônio Social da FIPECAFI foi, inicialmente, constituído por aporte efetuado pelos Membros Instituidores, conforme Escritura de Instituição datada de 1º de agosto de 1974. Nos demais exercícios, parte do superávit é destinado ao Patrimônio Social, conforme deliberação, em cada oportunidade, pelo Conselho Curador da Fundação.

#### **6.3.2. Ajuste de avaliação patrimonial**

Os ajustes de avaliação patrimonial foram decorrentes da aplicação do custo atribuído aos imóveis classificados como imobilizado, quando da adoção inicial dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

## **7. Empregados e colaboradores**

### **7.1. Benefícios aos colaboradores**

A política da FIPECAFI para a concessão de benefícios aos seus colaboradores contempla assistência médica, plano odontológico, vale alimentação, estacionamento, ajuda de custo para trabalho em home-office, vale-transporte, programa de educação com subsídio para cursos de línguas, graduação, pós-graduação, MBA e Mestrado em outras instituições de ensino. Além disso, os colaboradores podem realizar os cursos ministrados pela FIPECAFI com subsídio de 100% (cem por cento), e seus dependentes (cônjuges e filhos), com subsídio de 60% (sessenta por cento).

Não há benefícios de longo prazo ou de pós-emprego aos colaboradores.

### **7.2. Partes relacionadas e voluntariado**

#### **7.2.1. Diretoria Executiva, Conselhos Curador e Fiscal**

Os trabalhos voluntários estão regulados pela Lei nº 9.608/98 e não geram vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, enquanto os cargos de diretoria executiva, conselhos curador e fiscal são exercidos por mandatos.

Por definição estatutária, a FIPECAFI não remunera, a qualquer título, Conselheiros Curadores, Conselheiros Fiscais e Diretores pelos serviços prestados em suas funções.

## **7. Empregados e colaboradores--Continuação**

### **7.2. Partes relacionadas e voluntariado--Continuação**

Considerando a definição estatutária, a FIPECAFI não contabiliza como receita e respectivamente como despesa os valores estimados a título de trabalho voluntário, ainda que em última análise significaria uma doação (receita) e, por outro lado, uma despesa que poderia existir e vir a ser desembolsada.

Em contrapartida, a FIPECAFI entende ser de suma importância a divulgação.

No exercício de 2025 os valores destes trabalhos foram mensurados pelo valor justo e somaram R\$ 761.785 (R\$ 748.629 em 2024).

## **8. Demonstrações complementares**

### **8.1. Demonstração do valor adicionado**

A FIPECAFI elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis.

### **8.2. Moeda de capacidade aquisitiva constante (não auditado)**

Os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as demonstrações do valor adicionado em moeda de capacidade aquisitiva constante, apresentadas nesta nota explicativa, foram elaboradas de acordo com a metodologia de correção integral estabelecida pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, na Instrução nº 191/92, aplicadas sobre as demonstrações contábeis básicas que estão preparadas de acordo com as práticas contábeis vigentes. Os critérios adotados para a elaboração das demonstrações em moeda de capacidade aquisitiva foram os seguintes:

- i. Índice de atualização** - A atualização monetária do imobilizado, patrimônio social, contas de resultado e apuração de ganhos e perdas dos itens monetários foi efetuada com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo IBGE, que foi de 4,26 % em 2025 e 4,83% em 2024;
- ii. Informações complementares de 2024** - Os saldos das contas das informações complementares de 2024, para fins de comparação, foram atualizados à moeda de capacidade aquisitiva constante de 31 de dezembro de 2025;

## **8. Demonstrações complementares--Continuação**

### **8.2. Moeda de capacidade aquisitiva constante (não auditado)--Continuação**

**iii. Contas patrimoniais** - Os ativos e passivos monetários das informações complementares em 31 de dezembro de 2025 são idênticos aos das demonstrações apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). O ativo imobilizado e o patrimônio social foram corrigidos monetariamente com base na variação do IPCA-IBGE até 31 de dezembro de 2025, como vem sendo feito desde o ano de 2017, uma vez que até o ano de 2016 utilizou-se o índice IPC-FIPE; e

**iv. Contas de resultado** - Todas as contas foram atualizadas com base na variação do IPCA-IBGE, a partir do mês de contabilização das transações. Foram ajustadas pelos ganhos e perdas gerados em consequência do efeito da inflação sobre os ativos e passivos monetários. Tais ganhos e perdas foram alocados às contas de resultados a que se vinculam.

**Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

**8. Demonstrações complementares--Continuação****8.2. Moeda de capacidade aquisitiva constante (não auditado)--Continuação****a. Balanço patrimonial**

<b>Em moeda de capacidade aquisitiva constante</b>					
<b>Ativo</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	1.174.319	859.830	Fornecedores a pagar	409.720	457.543
Contas a receber	2.802.212	2.149.868	Obrigações trabalhistas a pagar	2.014.921	2.009.710
Adiantamentos e tributos a recuperar	497.728	446.872	Tributos a recolher	513.855	512.906
Ativos mantidos para venda	6.873.355	6.873.355	Empréstimos a pagar	1.239.135	1.574.808
Outros ativos	125.533	356.602	Contas a pagar	86.730	929.058
	<b>11.473.147</b>	<b>10.686.527</b>	Serviços prestados a pagar	2.601.405	1.619.033
			Adiantamentos de clientes	876.728	1.139.820
				<b>7.742.494</b>	<b>8.242.878</b>
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>		
Depósitos judiciais	60.552.853	59.245.969	Contas a pagar	-	59.383
Investimentos e propriedades para investimentos	25.304.592	25.304.592	Empréstimos a pagar	1.341.913	2.690.676
Imobilizado	43.672.541	44.088.459	Serviços prestados a pagar	821.537	1.155.651
Intangível	221.173	412.064	Tributos a recolher	477.247	728.361
	<b>129.751.159</b>	<b>129.051.084</b>	Provisões para demandas judiciais	39.349.452	37.604.541
				<b>41.990.149</b>	<b>42.238.612</b>
			<b>Patrimônio líquido</b>		
			Patrimônio social	89.059.320	89.059.320
			Ajuste de avaliação patrimonial	10.248.026	10.611.527
			Déficit acumulado	(7.815.683)	(10.414.726)
				<b>91.491.663</b>	<b>89.256.121</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>141.224.306</b>	<b>139.737.611</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>141.224.306</b>	<b>139.737.611</b>

## 8. Demonstrações complementares--Continuação

### 8.2. Moeda de capacidade aquisitiva constante (não auditado)-- Continuação

#### b. Demonstração do resultado

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2025	2024
Receita líquida de serviços	37.848.255	31.823.571
(-) Custos dos serviços prestados	(29.705.558)	(24.532.843)
<b>(=) Resultado bruto com serviços</b>	<b>8.142.697</b>	<b>7.290.728</b>
<b>(+) Outras receitas e despesas recorrentes</b>		
Despesas gerais e administrativas	(8.598.750)	(9.424.710)
Receitas de aluguéis	2.725.225	2.975.523
Outras receitas operacionais	638.887	1.141.561
	<b>(5.234.638)</b>	<b>(5.307.626)</b>
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>	<b>2.908.059</b>	<b>1.983.102</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(672.517)</b>	<b>(550.645)</b>
<b>Superávit do exercício</b>	<b>2.235.542</b>	<b>1.432.457</b>

#### c. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante			
	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávits / (Déficits) acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>89.059.320</b>	<b>10.975.028</b>	<b>(12.210.684)</b>	<b>87.823.664</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(363.501)	363.501	-
Superávit do exercício	-	-	1.432.457	<b>1.432.457</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>89.059.320</b>	<b>10.611.527</b>	<b>(10.414.726)</b>	<b>89.256.121</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(363.501)	363.501	-
Superávit do exercício	-	-	2.235.542	<b>2.235.542</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>89.059.320</b>	<b>10.248.026</b>	<b>(7.815.683)</b>	<b>91.491.663</b>

## 8. Demonstrações complementares--Continuação

### 8.2. Moeda de capacidade aquisitiva constante (não auditado)-- Continuação

#### d. Demonstração dos fluxos de caixa

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2025	2024
<b>Superávit do exercício</b>	<b>2.235.542</b>	<b>1.432.457</b>
<b>Itens que não afetam o caixa operacional</b>		
Depreciação e amortização	1.033.985	971.289
Juros provisionados de empréstimos	633.309	668.365
Juros provisionados dos parcelamentos dos tributos	385.208	366.665
Reversões de demandas judiciais (tributários/fiscais/trabalhistas)	(7.560)	(1.052.580)
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa – (reversão)/constituição	100.509	(1.908.041)
Perdas efetivas	47.651	2.157.992
		<b>2.636.147</b>
<b>Superávit do exercício ajustado</b>	<b>4.428.644</b>	
<b>Aumento/(Diminuição) das contas de ativo e passivo</b>		
Contas a receber	(800.504)	1.076.162
Adiantamentos e tributos a recuperar	(50.856)	(81.385)
Depósitos judiciais	445.587	137.360
Fornecedores a pagar	(47.823)	(218.580)
Obrigações trabalhistas a pagar	5.211	(410.538)
Tributos a recolher	(635.373)	561.364
Serviços prestados a pagar	648.258	(613.989)
Adiantamentos de clientes	(263.092)	572.515
Contas a pagar	(901.711)	(353.500)
Outros ativos	231.069	(167.380)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>3.059.410</b>	<b>3.138.176</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições do ativo imobilizado	(280.659)	(14.857)
Adições do ativo intangível	(168.951)	(321.707)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>(449.610)</b>	<b>(336.564)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamentos dos financiamentos	(1.574.372)	(1.135.248)
Juros pagos	(720.939)	(842.467)
<b>Caixa líquido gerado das (consumido) nas atividades de financiamentos</b>	<b>(2.295.311)</b>	<b>(1.977.715)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>314.489</b>	<b>823.897</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	859.830	35.933
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.174.319	859.830
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>314.489</b>	<b>823.897</b>

**Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI**  
 Notas explicativas às demonstrações contábeis  
 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
 (Valores expressos em Reais)

**8. Demonstrações complementares--Continuação**

**8.2. Moeda de capacidade aquisitiva constante (não auditado)--  
 Continuação**

**e. Demonstração do valor adicionado**

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2025	2024
<b>Receitas</b>		
Receitas de serviços	37.848.255	31.823.571
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	(148.160)	(249.951)
Receitas diversas	631.327	88.981
	<b>38.331.422</b>	<b>31.662.601</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Despesas dos serviços prestados	(16.000.874)	(11.214.854)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.653.526)	(5.542.197)
	<b>(20.654.400)</b>	<b>(16.757.051)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>17.677.022</b>	<b>14.905.550</b>
Depreciação e amortização	(1.033.985)	(971.289)
<b>Valor adicionado líquido gerado / aplicado pela Fundação</b>	<b>16.643.037</b>	<b>13.934.261</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	78.292	(2.062)
Receitas de aluguéis	2.725.225	2.975.523
	<b>2.803.517</b>	<b>2.973.461</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>19.446.554</b>	<b>16.907.722</b>
<b>Empregados</b>		
Remuneração direta	10.148.302	8.956.621
Benefícios	2.704.099	2.486.194
FGTS	916.408	776.202
	<b>13.768.809</b>	<b>12.219.017</b>
<b>Tributos</b>		
INSS cota patronal	2.533.614	2.595.673
PIS sobre folha	95.324	88.877
Outras taxas e contribuições	62.456	23.115
	<b>2.691.394</b>	<b>2.707.665</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros pagos	750.809	548.583
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Superávit do exercício	2.235.542	1.432.457
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>19.446.554</b>	<b>16.907.722</b>

**Composição do Conselho Curador**

**Presidente**

Reinaldo Guerreiro

**Conselheiros Natos**

Ariovaldo dos Santos  
Edgard Bruno Cornacchione Jr.  
Eliseu Martins  
Fábio Frezatti  
Sérgio de Iudícibus  
Valmor Slomski  
Wellington Rocha (licenciado)

**Conselheiros Eleitos**

Adriano Dias Souza  
Carlos Alberto Pereira  
Daniel Magalhães Mucci  
Diogo Moreira Carneiro  
Jeronimo Antunes  
João Domiraci Paccez  
João Vinicius de França Carvalho  
Mara Jane Contrera Malacrida  
Marco Tullio de Castro Vasconcelos

**Composição da Diretoria  
Executiva**

Wellington Rocha  
Diretor Presidente

Márcio Luiz Borinelli  
Diretor Administrativo-Financeiro

Fernando Dal Ri Murcia  
Diretor de Pesquisas

Eliana Rodrigues  
Diretora de Cursos

**Composição do Conselho Fiscal**

**Titulares:**

Bruno Meirelles Salotti  
Gustavo Gonçalves Vettori  
Raquel Wille Sarquis

**Suplentes:**

Jorge de Souza Bispo  
Joshua Onome Imoniama  
Patricia Siqueira Varela

Mariangela Matias  
Contadora CRC 1SP238572/O - 3